



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000322699

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0001235-95.2025.8.26.0496, da Comarca de Bauru, em que é agravante ROGERIO EDUARDO NASCIMENTO FREIRE, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 8ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MAURICIO VALALA (Presidente), JUSCELINO BATISTA E LUIS AUGUSTO DE SAMPAIO ARRUDA.

São Paulo, 1º de abril de 2025.

MAURICIO VALALA
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

AGRAVO EM EXECUÇÃO Nº 0001235-95.2025.8.26.0496

Voto nº **34.517** (1)

Agravante: ROGÉRIO EDUARDO NASCIMENTO FREIRE

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Origem: Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal
– DEECRIM UR6 – Comarca de Ribeirão Preto

Magistrada: Carolina Nunes Vieira

É agravo de execução penal tirado por Rogério Eduardo Nascimento Freire, em face de r. decisão de fls. 36/9, do d. juízo do Departamento Estadual de Execução Criminal – DEECRIM UR6 – Comarca de Ribeirão Preto, que, diante de pleito alternativo de livramento condicional e/ou regime semiaberto, concedeu ao sentenciado a progressão prisional.

Aduz a defesa mostrar-se carente de fundamentação a decisão que indeferiu o livramento condicional, insistindo na concessão do benefício mais amplo, argumentando estarem preenchidos os requisitos legais (fls. 2/6).

O recurso foi regularmente processado, tendo, a d. magistrada de 1º grau, mantido a r. decisão impugnada.

Parecer da Ilustrada Procuradoria Geral de Justiça pelo desprovimento do agravo (fls. 78/80).

É o relatório.

De início, não há falar na inidoneidade ou mesmo na falta de fundamentação do decisório que indeferiu o livramento condicional, bastando sua leitura, para se chegar a essa conclusão (fls. 36/9).

No cerne, também não vinga o reclamo.

Analisou, a d. magistrada, toda a documentação trazida ao expediente e considerou, a par do preenchimento do requisito

objetivo e bom comportamento carcerário, não recomendável a concessão do livramento condicional.

Destarte, tem-se que o cumprimento do requisito de ordem objetiva não confere ao agravante, *de per si*, o direito de ser colocado em liberdade, sendo imperiosa a averiguação do subjetivo, que não se esgota com o atestado de boa conduta carcerária.

O sentenciado, inclusive, durante a execução da pena praticou faltas disciplinares de natureza grave (fls. 30/1), em total descompasso com sua finalidade reeducativa, sem falar que sempre que posto em liberdade, o que ocorreu em diversas oportunidades, preferiu rumar na senda do crime, voltando a delinquir (fl. 28). Vê-se, pois, que o recorrido não honrou a confiança que lhe depositou o Estado, praticando novos delitos quando em gozo de benefícios.

Com efeito, a reeducação criminal é paulatina e gradual, orientada pelo sistema progressivo.

Assim que iniciado o cumprimento da pena no regime fechado, o condenado deve ultrapassar as sucessivas progressões até que, alfim, faça jus ao livramento condicional, ápice da autodisciplina e responsabilidade, ainda que não se trate, propriamente, de regime prisional.

Essa lógica propicia a harmônica integração social, não sendo recomendada a transposição das etapas previstas em lei, eis que a prematura concessão de benefício rompe a cadeia meritória e o processo terapêutico penal.

Dáí por que cada etapa da execução criminal deve ser vivenciada pelo sentenciado.

Essas diretrizes, por sinal, ensejaram a edição da Súmula 491 do Superior Tribunal de Justiça, que obsta a progressão de regime por salto, mesmo que colacionado o verbete aqui por assimilação.

Então, agraciado o reeducando com promoção ao intermediário em 18.12.2024, prudente, no caso, que seja observado seu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

desenvolvimento na etapa atual, para a concessão de posteriores benefícios mais amplos, como o que se pretende aqui, sopesado o interesse maior, que é o da coletividade.

Nessa linha, confira-se aresto da Instância Especial: Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 1007861/SP, 5ª Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, j. 02.02.2017.

Citem-se, ainda, precedentes desta Corte: Agravo em Execução 9000022-56.2015.8.26.0590 – 5ª Câmara de Direito Criminal, Des. Sérgio Ribas, j. 16.02.2017; e Agravo em Execução 0073910-75.2014.8.26.0000 – 4ª Câmara de Direito Criminal, Des. Camilo Léllis, j. 24.03.2015.

Diante do exposto, **nega-se provimento** ao recurso, ficando mantida, por seus bem deduzidos fundamentos, a r. decisão agravada.

MAURICIO VALALA

Relator